



Sandra Cristina Vanzuita da Silva



Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

sandras@univali.br

Valéria Silva Ferreira



Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

v.ferreira@univali.br

Letícia Veiga Casanova



Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

leticiasannova@gmail.com

REFLEXÕES METODOLÓGICAS PARA PESQUISA EM REDES DE POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO

RESUMO

Este artigo apresenta como diferentes vozes, imagens e documentos permitem observar a sequência de ligações entre enunciados, mobilidades, atores e fluxos na educação. A intenção é apontar uma possibilidade de análise que possa ajudar a compreender um contexto educacional tão complexo, seja na formulação das políticas educacionais, seja na outra ponta, a das práticas educativas, as quais acontecem em contextos reais, em escolas ou nas salas de aula afetadas pelas ações propostas por “redes de políticas”. As reflexões aqui descritas sugerem uma análise diferencial das modalidades de discurso, pois busca sua profundidade, reconhece as posições e as funções que os sujeitos ocupam, procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries e “jogos de relações”. Considera-se que não apenas o Estado é condicionado pelas instituições, mas também as instituições se condicionam às políticas, que geram arenas e disputas de poder fortemente estabelecidas por ambas as partes. Assim, podemos afirmar que a pesquisa em políticas educacionais precisa desvelar as relações integradas e a multiplicidade de lugares e conexões entre as políticas, tão complexas que é realmente difícil encontrar o fim da linha que sustenta as redes de políticas.

Palavras-chave: Metodologia crítica. Redes de política. Arqueologia.

METHODOLOGICAL REFLECTIONS FOR RESEARCH IN POLICY NETWORKS IN EDUCATION

ABSTRACT

This paper presents how different voices, images and documents allow us to observe the sequence of connections among statements, mobilities, actors and flows in education. The intention is to point out a possibility of analysis that can help to understand such a complex educational context, whether in the formulation of education policies, or at the other end, that of educational practices, which take place in real contexts, in schools or in classrooms, affected by the actions proposed by ‘policy networks’. The reflections described here suggest a differential analysis of discourse modalities, as it seeks its depth, recognizes the positions and functions that the subjects occupy, seeks to define, in the document fabric itself, units, sets, series and ‘relationship games’. It is considered that not only is the State conditioned by institutions, but institutions are also conditioned by policies, which generate arenas and power disputes strongly established by both parts. Thus, we can affirm that research in educational policies needs to unveil the integrated relations and the multiplicity of places and connections between policies, so complex that it is really difficult to find the end of the line that sustains the policy networks.

Keywords: Critical methodology. Policy networks. Archeology.

Submetido em: 06/08/2019

Aceito em: 24/02/2020

Ahead of print em: 09/07/2020

Publicado em: 18/08/2020



<http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2020v12n28p511-522>



I INTRODUÇÃO

Ball e Mainardes (2011) sinalizam que discursos políticos são narrativas articuladas e validadas, que orientam as pessoas a viverem. Por isso, para os autores, políticas envolvem crenças e valores discordantes, incoerentes e contraditórios, necessidades legais e institucionais. Mas também, segundo os referidos autores (2011, p. 13), podem envolver, “[...] pragmatismo, empréstimos, criatividade e experimentações, relações de poder assimétricas (de vários tipos), sedimentações, lacunas e espaços, dissensos e constrangimentos materiais e contextuais”. Desse modo, é preciso lançar mão de uma linguagem crítica que permita lidar com essas diferentes formas de políticas que se apresentam na atualidade.

Neste sentido, Foucault e a análise arqueológica podem nos ajudar a entender o conjunto de enunciados traduzidos muitas vezes em *performances*, vozes idênticas do ponto de vista da gramática e da lógica, mas enunciativamente diferentes. Tal tarefa é complexa e requer do pesquisador a utilização de ferramentas para ultrapassar limites intangíveis. Diz Foucault (2014^a, p. 170): “[...] definir os discursos em sua especificidade, mostrar em que sentido o jogo das regras que utilizam é irreduzível a qualquer outro; segui-los ao longo de suas arestas exteriores para melhor salientá-los” (FOUCAULT, 2014a, p. 170)..

Dessa forma, é imprescindível uma descrição sistemática dos acontecimentos discursivos que, atualmente, estão em diferentes fontes: documentos oficiais, sites, mídias diversas, imagens, assim como na fala dos diferentes sujeitos. Foucault (2014a) salienta que as relações entre enunciados devem ser descritas nos acontecimentos discursivos sem isolar, sem fechá-los em si mesmos, a ponto de demonstrar os jogos de relações, sem naturalizá-los.

Ball (2011) afirma que é necessário pensar sobre que tipo de pessoas e “vozes” habitam a análise dos textos políticos, como o professor e o formulador da política. Mainardes e Stremel (2011) apontam que as ideias desenvolvidas por Ball para o estudo das políticas não pretendem explicar as políticas, as reformas ou as ações do Estado, mas sim sugerir uma maneira de pesquisar e teorizar essas ações. Segundo os autores, Ball rejeita a ideia de que as políticas são apenas implementadas, ou seja, são interpretadas por uma diversidade social. Mainardes e Stremel (2015, p.5), ainda salientam que as reflexões de Ball, podem estimular o pesquisador a assumir compromissos éticos com os temas investigados. Essa contribuição está relacionada às discussões sobre “[...] ‘reflexividade ética’ e importância de se fazer uma ‘auditoria ética’ do impacto e resultado das políticas e [...] os princípios e finalidades da pesquisa qualitativa crítica [...]”.

Assim, este artigo apresenta uma possibilidade analítica que pode auxiliar nas pesquisas que problematizam dados auxiliando na compreensão dos entrelaçamentos entre organizações e políticas públicas. O texto pretende, também, mostrar como diferentes vozes, imagens, documentos entre outros

materiais permitem observar a sequência de ligações entre enunciados, mobilidades, atores e fluxos discursivos no campo das políticas educacionais.

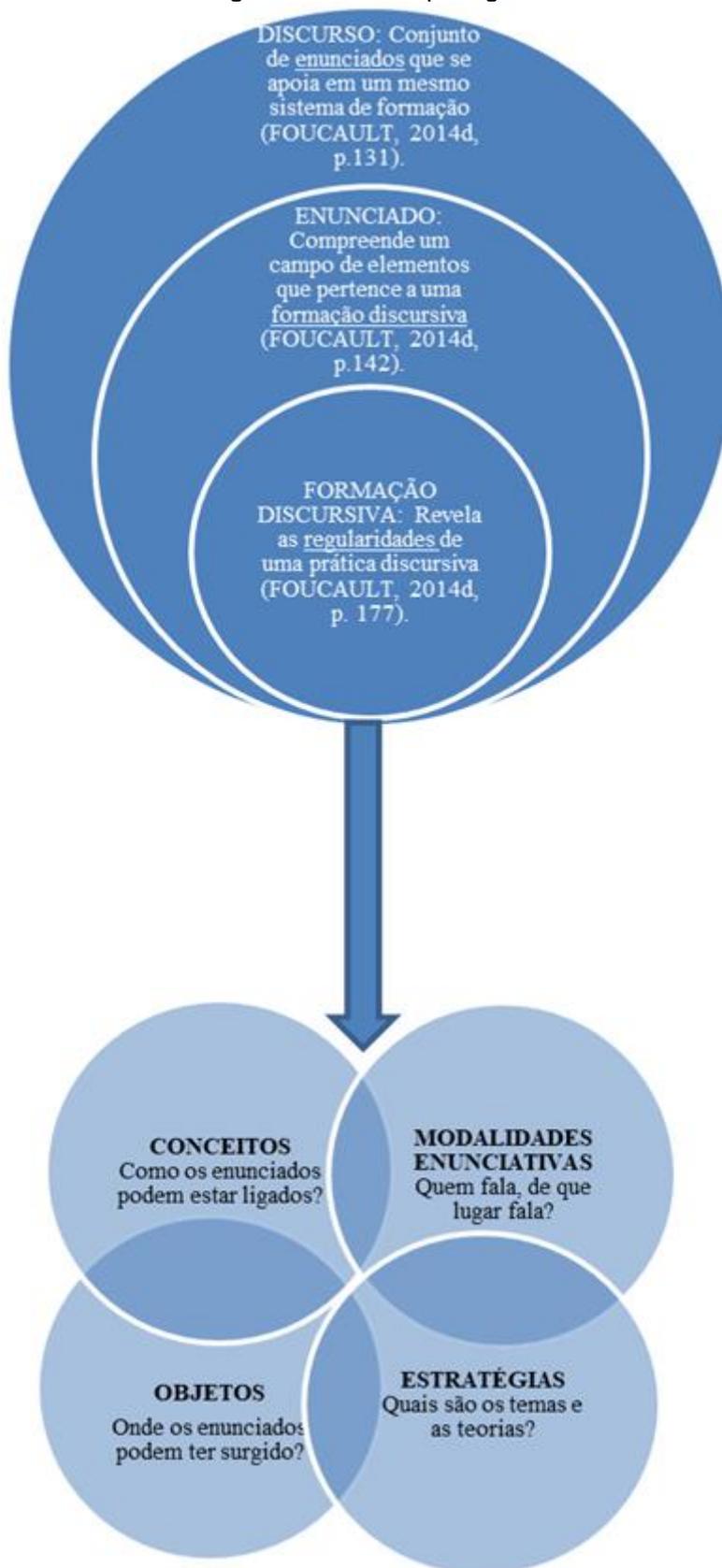
2 INVESTIGAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Partindo da compreensão de que existem novas vozes e interesses que são representados no processo político, entendemos que há novos nós de poder e influência a serem pesquisados na perspectiva de rede (BALL, 2013a). Dessa maneira, segundo Foucault (2014b, p. 90), o que se busca investigar nas pesquisas sobre políticas educacionais não são, certamente, “[...] os estados terminais do discurso, mas sim os sistemas que tornam possíveis as formas sistemáticas últimas”. O que se objetiva, a partir da análise das políticas educacionais, é superar a análise dos elementos linguísticos e identificar os movimentos, as relações, as redes, os contextos, os poderes estabelecidos e os embates empregados na formulação das ideias e dos enunciados que legitimam discursos.

Entretanto, como identificar relações, fluxos e mobilidades nos discursos? Foucault (2014b) descreve seu método de análise do campo discursivo: a análise arqueológica. Seus estudos propõem uma análise diferencial das modalidades de discurso, pois busca sua profundidade, reconhece as posições e as funções que os sujeitos ocupam, procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries e “jogos de relações”.

Para Foucault (2014a, p. 169), “[...] a arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras”. Essas regras podem ser inferidas a partir da Figura 1 a seguir, a qual define o método descrito pela arqueologia do saber, baseado em Foucault (2014a).

Figura 1 – Método arqueológico



Fonte: Elaborada pelas autoras com base em Foucault (2014a).

Foucault, em suas obras, buscou uma forma de revelar os processos de subjetivação que constituem o homem. Para ele, os discursos fazem parte desse processo e se ligam com o desejo e o

poder. Para Foucault, (2014^a, p. 10), o discurso, por conseguinte, “[...] não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. O discurso é mais do que signos, é um conjunto de práticas que formam sistematicamente os objetos de que falamos (FOUCAULT, 2014a).

A partir da Figura 1, que representa o método para a análise arqueológica, podemos construir instrumentos que nos auxiliem na identificação das regularidades: objetos, modalidades enunciativas, conceitos e estratégias. Essas regularidades permitem-nos identificar as unidades de um enunciado sem tornar-se simplista e vão além da análise de signos. Os objetos, por exemplo, buscam demarcar onde os enunciados podem ter surgido e descrevem instâncias de delimitação – medicina, justiça, igreja, economia etc. As modalidades enunciativas delimitam quem fala, de que lugar fala, definindo a posição dos sujeitos e a rede de lugares distintos. Os conceitos tentam determinar como os enunciados podem estar ligados uns aos outros por meio de formas de sucessão, de correlação, de técnicas de reescrita, de transcrição. As estratégias determinam os temas e as teorias, seus pontos de difração, incompatibilidade, equivalência e ligação. Assim, a análise arqueológica, definida por Foucault (2014, p. 177) busca “[...] revelar as regularidades de uma prática discursiva que é exercida”, indo além da análise de signos.

Os discursos são feitos de signos, mas, como define Foucault (2014a, p. 60, grifos do autor), “[...] o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”. Desse modo, é necessário identificarmos os elementos dos discursos e descrevermos a complexidade das relações de rede, dos nós de poder e influência na elaboração das políticas educacionais.

Entendemos que o processo de escavação dos dados não é linear, não é previsível e não se encontra descrito em um passo a passo *a priori*. Por isso, o ponto de partida é uma pergunta de pesquisa que problematize principalmente o caminho de por quem e como as propostas em educação vão se constituindo. Nessa perspectiva, é necessário iniciar por uma densa descrição dos processos e dos atores envolvidos e, a partir desses atores, se buscam as relações, os fluxos, as mobilidades inter e intra que aparecem em relatórios, documentos, *sites* e outras informações que podem surgir no processo, e que traga elementos para compor os dados.

Por isso, a formação de redes como forma de pesquisa é um exemplo de possibilidade para se coletar dados em políticas educacionais, pois segundo Shiroma (2014, p.25), "estas redes são como rotas de influência e instauram outro modo de disseminar ideias e agir politicamente". A autora ainda destaca que, muitos integrantes dessas redes, se unem por iniciativa própria ou induzidos por governos, Organizações Multilaterais (OM). Planejam ou executam ações conjuntas, conforme Shiroma (2014, p. 25), para “ampliar o poder dos sujeitos ou grupos envolvidos, melhorando sua capacidade de reivindicação e de luta por meio de *lobbying* ou defesa de determinadas causas”.

Nesse sentido, Ball (2013a) aponta que um novo grupo de conceitos e métodos é necessário para lidar com as contínuas mudanças em governança educacional dentro de uma estrutura global. Vários organismos e instituições influenciam nas decisões de governos em todas as partes do mundo, modificando as estruturas educacionais, o que poderíamos chamar de certo cosmopolitismo. Para Beck (2006, p. 72-73 *apud* Ball, 2014, p. 11): “cosmopolitização é um processo não-linear e dialético no qual o universal e o particular, o similar e o dissimilar, o global e o local estão para ser concebidos não como polaridades culturais, mas como princípios interligados e reciprocamente interpenetrados”.

As fronteiras entre Estado, economia e sociedade civil tornam-se cada vez mais turvas. De acordo com Ball (2014, p. 171): “[...] existe uma nova mistura no interior da matriz da governança envolvendo relações complexas de interdependência recíproca entre negócios e os Estados”. Ball (2013b, 177) ainda alerta que:

[...] em contextos nacionais de vários tipos em todo mundo, há um conjunto de “movimentos” experimentais e evolucionários gerais e altamente significativos em curso que envolvem a modernização de serviços públicos, aparatos estaduais, arquitetura institucional global do Estado e suas escalas de operações. O mais básico e geral desses movimentos é o que Jessop (2002) chama de “desestatização”, que “envolve redefinir a separação de público-privado, realocar tarefas e rearticular o relacionamento entre organizações e tarefas por meio dessa separação” [...]. Essa redefinição e realocação tem vários aspectos – alguns mais velhos alguns mais novos – tal como a criação de órgãos executivos, o estabelecimento de parcerias público-privadas (de muitos tipos diferentes), contratação de serviços estatais para fornecedores privados (ver Burch, 2006), o uso de *think tanks* (laboratório de ideias), consultores e empresa especializadas de conhecimento para pesquisa e avaliação de políticas, atividade filantrópicas e patrocínio para financiar programas e inovação na área da educação, o envolvimento do setor voluntário (instituições de caridade, ONGs, fundações sem fins lucrativos, etc.) no fornecimento de serviços e uso de empresários sociais para tratar problemas sociais persistentes – às vezes em combinações complexas.

O autor auxilia-nos com a intenção de apontar um método de análise que possa nos ajudar a compreender esse contexto educacional tão complexo, como objeto de pesquisa, seja na formulação das políticas educacionais, seja na outra ponta, a das práticas educativas, as quais acontecem em contextos reais, em escolas ou nas salas de aula afetadas pelas ações propostas por redes de políticas (BALL, 2014). Por isso, Ball (2013b) afirma que devemos explorar como e por quem a governança educacional está sendo realizada. Entender as interconexões existentes entre organizações, atores individuais, setor público e privado entre outros.

A governança educacional realiza-se pela construção de uma rede, que, segundo o autor, é o modo chave, um dispositivo analítico, como um tecido conectivo que se une e dá alguma durabilidade a essas formas fugazes de interação social. Para Ball (2014, p. 29), Redes Políticas são “[...] um tipo de ‘social’ novo, envolvendo tipos específicos de relações sociais, de fluxos e de movimentos. Eles constituem comunidades de políticas, geralmente baseadas em concepções compartilhadas de problemas sociais e suas soluções [...]”.

Para entendermos, vamos retomar a metáfora do cosmopolitismo. Assim como as espécies cosmopolitas, as redes políticas encontram ambientes propícios em muitas partes do mundo, ou seja, países que geralmente compartilham os mesmos problemas sociais e querem soluções. Nas redes de políticas, segundo o referido autor (idem) “[...] as pessoas movem-se por tais comunidades e dentro delas, e há novos tipos de carreiras em política e governança que podem ser construídas dentro delas”. Essas redes trabalham em relações rizomáticas, mas por meio de diferentes formas de contato, pois nem sempre utilizam a mesma natureza de relações em todos os casos. São multifacetadas e definem diferentes atores e formas de participação para o planejamento das decisões.

De forma geral, o termo rede é utilizado para definir uma estrutura que tem um padrão característico. No caso de uma rede de pesca, a tessitura que se constrói dependerá do tipo de pescado que se queira capturar, por isso sua produção deve seguir o mesmo padrão na trama de seus laços do início ao fim. Para a construção de uma rede elétrica, são necessários pontos estratégicos de linhas de transmissão e linhas de distribuição que conectadas levam a eletricidade até os consumidores, atingindo, assim, o objetivo final. Na construção de uma *network* não é diferente. Cria-se um sistema de suporte onde existe a partilha de serviços e informações entre os sujeitos ou grupos que têm um interesse em comum. Por que tal ênfase na rede? Para que possamos compreender nessas definições que, na ação de construir uma rede, o objetivo é a produção de laços fortes e uma boa conexão.

Ball (2012) afirma que as novas redes incorporam atores, ou “pessoas chaves”, geralmente ligadas a grandes cargos públicos, ou *experts* em educação, para validar o discurso das políticas, o que permite diferentes formas de influência e vivência das políticas. Ainda, de acordo com o autor, essas forças muitas vezes incapacitam, privam de direitos ou enganam alguns dos atores e agentes políticos estabelecidos. Para Ball (2013b, p. 180), essa é uma nova forma de governar, por meio da governança, ou, ainda, conforme o pesquisador, de uma metagovernança, ou seja, “[...] a gestão da complexidade, pluralidade e hierarquias entrelaçadas e encontradas nos modos de coordenação prevalentes”.

Nesse sentido, o pesquisador precisa estar atento aos atores que se escamoteiam em diferentes formas de parcerias, interações e enunciados. O pesquisador deve atentar também para as diversas formas de camuflagens, como Organizações não governamentais, Institutos, Fundações, Entidades, personalidades, filantropias em geral, entre outros. Assim, para o autor (2013b, p. 182): “[...] as parceiras podem funcionar para colonizar órgãos governamentais e públicos locais, bem como reinserir atores do setor público, como empresários”. As premissas básicas que estão por trás das ideias disseminadas por esses atores têm como base os preceitos dos discursos neoliberais, neoconservadores e das novas formas de gestão que tiveram um grande impacto sobre as instituições educacionais em toda a sociedade (APPLE, 2004).

Para investigar essas redes, é necessário que o pesquisador se disponha a verificar as conexões, os interesses comuns, os enunciados, as formas de apresentação, as imagens e a produção de dispositivos que geraram modelos muitas vezes similares, ou até iguais, em várias partes do mundo. Como exemplo, podemos citar o que nos traz Burbules e Torres (2004, p. 19), para os autores, “a versão neoliberal da globalização, particularmente da forma como [é implementada por organizações bilaterais, multilaterais e internacionais, impõe de modo direto, certas políticas de avaliação, financiamento, padrões, formação de professores, currículo, instrução e testes”.

Os autores ainda alertam que essas instituições supranacionais limitam as opções de políticas para qualquer Estado específico. Além disso, podem impactar nos processos econômicos globais incluindo: consumo, comércio e fluxo de capital. Sobre essa situação Ball (2014, p. 181), alerta-nos que, há diversas possibilidades da inserção destes atores, as mais comuns são os patrocínios, benfeitorias, mas principalmente as parceiras. Outras formas podem ser “[...] como contratantes, consultores, conselheiros, pesquisadores, fornecedores de serviço e assim por diante; tanto patrocinando inovações (por ação filantrópica) quanto vendendo soluções e serviços de política para o Estado, por vezes de formas relacionadas”.

Em vários contextos do mundo, o envolvimento dos organismos internacionais e regionais, postos a serviço do capital e vinculados aos mecanismos de mercado, está encarregado de produzir pesquisas e avaliação para a área educacional (BALL, 2012). De forma bem sistemática, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outros, têm monitorado os resultados, tanto das reformas quanto da implementação de políticas educacionais nos países do capitalismo periférico e semiperiférico, como, por exemplo, nos países Latinoamericanos e do Caribe, na Ásia, na África Subsariana, na Arábia Saudita, (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003). Isso significa dizer, segundo Ball (2013a), que o trabalho, anteriormente executado pelo Estado, na avaliação e na geração de dados, é agora realizado por vários “outros” em diferentes tipos de relacionamento com eles mesmos, com o Estado e com as organizações restantes.

Esses relatórios, dados, tratados, geram uma série de recomendações e técnicas que legitimam a criação de políticas, mas, acima de tudo, imprimem um respaldo legal que permite ações muitas vezes arbitrarias. Segundo Ball (2014), essas técnicas e dispositivos ou, como afirma Foucault (1999), pequenas artimanhas funcionam como tecnologias de mudanças para a transformação da instituição e, principalmente, para o alcance de uma performatividade que visa principalmente desempenho e excelência, onde pessoas só são úteis quando geram produtividade.

É necessário entender que tais elementos citados pelos autores, nem sempre estão explícitos nos textos ou outras formas de comunicação verbal e não verbal. A leitura minuciosa, a escavação, a montagem

de quebra-cabeças com peças muitas vezes difusas e distantes umas das outras, o ir e vir para verificar o que está nas entrelinhas dos enunciados, nos dá a possibilidade de perceber as convergências encontradas em sites da internet, relatórios institucionais, textos de blogs, discursos de pessoas ligadas as diferentes instituições, imagens e tantos outros recursos que, juntos, nos apresentam dados para inferir o quão complexo é esta forma de pesquisar.

Para Apple (2002), é preciso ainda entender que um novo bloco de poder tem criado uma série de estratégias para alavancar mercados e torná-los mais atrativos financeiramente. Uma dessas estratégias dá-se por meio do discurso produzido pelas mídias e por organizações multilaterais que produzem dados com relação à educação que servem tanto para a produção de políticas frágeis quanto para a criação de novos mercados e produtos. O que se vê é um grande número de matérias jornalísticas, reportagens em redes de televisão, difundindo e vendendo o setor educacional como um mercado em crescimento.

Para o autor, esse bloco de poder combina diversas frações de capital que estão comprometidas com soluções neoliberais de intelectuais conservadores, populistas autoritários e fundamentalistas religiosos preocupados em manter suas tradições.

Sobre esta condição Brown e Lauder (2013), têm afirmado que é preciso entender os conflitos gerados nestes discursos citados por Apple (2002). Para os autores, a educação deve ser entendida como um local de lutas entre grupos e não apenas como desenvolvimento econômico e justiça social. A complexidade desse campo deve ser vista de forma multifacetada e analisada, a partir das desigualdades na educação em relação à classe social, ao patriarcado e às estruturas racistas e, ainda, às políticas criadas pelo Estado.

Nesse sentido, um método de estudo para dar conta de tamanha complexidade, que procure com cuidado fatos, regularidades e evidências desses mecanismos, muitas vezes precisa ser construído no processo da pesquisa, desmascarando noções preconcebidas ou falsas, sujeitando todas as posturas ideológicas ao constante escrutínio crítico. Como afirma Ball (2014), os exemplos dados e muitas vezes utilizados são parciais e sensíveis ao tempo, pois os processos de mudanças em políticas movimentam-se incrivelmente rápido.

3 CONSIDERAÇÕES

Observa-se que na atualidade a Educação tem ocupado um *status* privilegiado. Adorno (1995) afirmava que seria por meio da educação que o sujeito poderia emancipar-se e desenvolver sua autonomia, libertar-se e equipar-se para orientar-se no mundo. Esse é um discurso incorporado pela maioria e poucos o têm contestado, pois políticas educacionais e outros aparatos governamentais são criados para que os sujeitos passem a maior parte do tempo de sua vida dentro de uma escola. Para Saviani

(2007), esses dispositivos legais são criados principalmente com o objetivo de amenizar os desastrosos efeitos sociais causados pelas políticas econômicas que, segundo o autor, mais favorecem os interesses privados do que melhoram a condição de vida das populações menos favorecidas.

Diante de tal realidade, a pesquisa em Educação solicita uma análise crítica das mudanças, suas tecnologias, seus regimes e suas estratégias, o que pode fornecer-nos condições de olhar para os impactos éticos e democráticos.

Muitos dados sobre as redes de políticas podem ser coletados na internet, e buscas exaustivas e extensas devem ser executadas, pois um mapeamento da forma e do conteúdo das relações precisa ser feito, de modo que possamos construir uma “ontologia plana” da rede e, assim, entendermos suas interconexões topológicas, transversais, seus espaços de atrito, de fluxos e de mobilidades, assim a rede torna-se um dispositivo analítico importante. Segundo Ball (2014), a rede pode ser utilizada de duas maneiras. A primeira como técnica analítica, para capturar e descrever aspectos das relações das comunidades políticas; e a segunda como dispositivo conceitual.

Corroborando com a perspectiva de Ball (2013b), Shiroma (2014) propõe que a *internet* pode revelar a rede de relações e as conexões entre Estado, sociedade civil e organizações multilaterais. Pode revelar, também segundo a autora, suas ações, seus discursos, suas motivações e os recursos utilizados para o estabelecimento de novos papéis e relações políticas, garantindo os interesses de uma elite hegemônica, conectados pelos mais variados interesses econômicos e sociais.

Agora, o que devemos nos perguntar: é proposital? Ball (2013a) afirma que essas novas formas, na linguagem política, constituem-se como redes de relacionamentos estáveis e contínuas que mobilizam recursos e energias em ações conjuntas promovendo, como citamos anteriormente, a governança em rede. Isso significa dizer que não é só o Estado que fica condicionado a tantas instituições, mas são elas que também se condicionam às políticas, o que acaba gerando arenas e jogos de poder muito bem estabelecidos por ambas as partes. O autor alerta, também, que a burocracia continua a ser atividade do Estado, que não hesita em regular ou intervir quando seus interesses e seus objetivos não são atendidos.

Assim, podemos afirmar que a investigação em políticas educacionais, precisa investigar relacionamentos integrados, uma multiplicidade de locais e ligações tão complexas que não conseguiremos encontrar o final da linha que sustenta a rede. É como se tentássemos desmanchar um emaranhado de lã e nunca encontrássemos o início, ou seja, como tudo começou? Quem deu o primeiro passo? E, principalmente, como tudo isso irá terminar?

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

APPLE, M. W. *Mercados, Estándares y desigualdad. pueden las pedagogías críticas parar las políticas derechistas?* *Educación y futuro, Madrid*, n. Extraordinário, p. 223-248, 2002.

APPLE, M. Entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo: educação e conservadorismo em um contexto global. In: BURBULES, N.; TORRES, C. A. **Globalização e educação: perspectivas críticas**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 11-26.

BALL, S. J. A “nova” filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, V. M. V. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013a. p. 33-47.

BALL, S. J. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. In: APPLE, M. W.; BALL, S. J.; GANDIN, L. A. **Sociologia da Educação: Uma análise internacional**. Porto Alegre: Penso, 2013b. p. 177-189.

BALL, S. J. **Educação global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, S. J. *Global education INC.: new policy networks and the neo-liberal imaginary*. London: Routledge, 2012.

BALL, S. J.; MAINARDES, J. **Políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2011.

BROWN, P.; LAUDER, H. Globalização Econômica, formação de habilidade e as consequências para o ensino superior. In: APPLE, M. W.; BALL, S. J.; GANDIN, L. A. **Sociologia da Educação: Uma análise internacional**. Porto Alegre: Penso, 2013.

BURBULES, N.; TORRES, C. A. **Globalização e educação: perspectivas críticas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014a.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1999. 288p.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação Básica no Brasil na década de 1990: Subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003.

MAINARDES, J.; STREMEL, S. Avaliação da aprendizagem no contexto dos ciclos: Reflexões sobre seus elementos essenciais. **Revista Imagens da Educação**, Maringá, v. 1, n. 3, p. 53-64, 2011.

MAINARDES, J.; STREMEL, S. **Informações sobre a abordagem do ciclo de políticas**. Lista de obras de S. J. Ball e de pesquisas brasileiras que empregam suas ideias. 2015. Disponível em: http://www.pitangui.uepg.br/gppepe/download.php?file=Abordagem%20do%20Ciclo%20de%20Politic as%20_%20Stephen%20J.%20Ball.pdf . Acesso em: 4 jan. 2020.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDB**: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SHIROMA, E. O. *Networks in action: new actors and practices in education policy in Brazil*. *Journal of Education Policy*, v. 29, n. 3, p. 323-348, 2014.

SHIROMA, E. O. EVANGELISTA, O Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. In: **Revista Educação e Fronteiras** On-Line, Dourados/MS, v.4, n. 11, p.21-38, mai./ago. 2014. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/4359/2246>. Acesso em: 26 jul. 2019.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

SILVA, Sandra Cristina Vanzuita da; FERREIRA, Valéria Silva; CASANOVA, Letícia Veiga. Reflexões metodológicas para pesquisa em Redes de Políticas na Educação. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, n. 28, p. 511-522, Set./Dez. 2020. ISSN 2175-6600. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/8362>. Acesso em: dd mmm. aaaa.